



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Manoel e Rosa

No final da década de 1990, soube que o poeta Manoel de Barros estava em Brasília, numa exposição no Congresso Nacional. Peguei um gravador e fui lá para entrevistá-lo. Ele me recebeu de maneira muito cordial, com os olhos falcônicos de menino que aprontou alguma. No entanto, negou a entrevista ao vivo, de maneira delicadamente firme: “Entrevista, só por escrito. E aviso que a resposta pode demorar”.

Seis meses depois, quando havia me esquecido do encontro, recebo uma carta dos Correios com a letra desenhada de Manoel de Barros e as respostas à entrevista. Ao ler as respostas, compreendi, imediatamente, o sentido do que parecia ser mero capricho. Manoel insistiu em conversar por escrito porque queria transformar a entrevista em um acontecimento poético: “Só as coisas pequenas me celestam”, escreveu em uma resposta e, logo em seguida, o trecho apareceu em um dos poemas publicados em livro.

Manoel teve um memorável encontro com Guimarães Rosa no Pantanal, evocado na revista brasileira *Bric a Brac*, editada por Luis Turiba e João Borges (sim, aquele mesmo que era

comentarista de economia da Globo-News). Manoel é uma espécie de Guimarães Rosa lúdico da poesia; e Rosa é uma espécie de Manoel de Barros trágico da prosa. Os dois gênios têm muitas afinidades.

De maneira semelhante ao que ocorreu com a minha entrevista, o pantaneiro transformou a conversa com Rosa em um acontecimento poético. “Havia o caramujo perto de uma árvore. Rosa disse: ‘Habemos lesma, Manoel’. Eu disse: ‘Caramujo é que ajuda árvore crescer’. Ele riu. Relvas cresciam nas palavras e na terra. Rosa escutava as coisas. Escutava o luar”.

Em seguida, Rosa teria perguntado: “E como é o homem aqui, Manoel?” E

Manoel replicou nervoso: “O homem se completa com os bichos — eu disse — com os seus marandovás e com as suas águas. Esse ermo cria motucas. Aqui é brejo, boi e cerrado. E anta que assobia sem barba e sem banheiro”. Rosa quis saber também o nome de árvores: “Aqui sabemos é por instinto e por apalpos. Não é como o senhor faz com as palavras”.

Mas, no livro *Retrato do artista enquanto coisa*, Manoel transformou o diálogo imaginário em verso de poesia: “Levei Rosa na beira dos pássaros que fica no meio da Ilha Linguística./Rosa gostava muito de frases em que entrassem pássaros./E fez uma na hora:/A tarde está verde no olho das

garças./E completou com Job:/Sabedoria se tira das coisas que não existem./A tarde no olho das garças não existia/mas era a fonte do ser. Era poesia./Era o néctar do ser”.

Adiante, Manoel prossegue em narrativa fragmentada: “Rosa gostava muito do corpo fônico das palavras./Veja a palavra bunda, Manoel/ Ela tem um bonito corpo fônico além do propriamente./Apresentei-lhe a palavra gravanha./Por instinto linguístico achou que gravanha/seria um lugar entrançado de espinhos e bem/emprenhado de filhos de gravatá por baixo./E era.” Manoel escreveu que se não fosse a poesia todos nós seríamos robôs. E seríamos.

OPERAÇÃO TENEBRIS / Mensagens trocadas entre André Clemente e responsável pelo Brasília Iluminada indicam que investigados sabiam que seriam alvo de busca e apreensão. Ex-secretário de Economia diz que investigação é fruto de farsa política

Justiça autoriza novas buscas

» ANA MARIA CAMPOS

Deflagrada para apurar suposto superfaturamento na contratação do Projeto Brasília Iluminada, a primeira fase da Operação Tenebris acabou levantando um outro possível crime: o vazamento de informações sigilosas relacionadas a um processo na esfera judicial. Há suspeitas de que alvos de busca e apreensão souberam que teriam a casa e o escritório vasculhados antes de policiais e promotores de Justiça baterem em suas portas.

É o que aponta a decisão da juíza Ana Claudia Loyola, da 1ª Vara Criminal de Brasília, ao autorizar novas buscas envolvendo o conselheiro André Clemente, do Tribunal de Contas do DF (TCDF), o presidente do Instituto Idheias, Geraldo Marcelo Soares Sanches, e a chefe de gabinete de Clemente no TCDF, Edileide Oliveira Santos. Os mandados foram cumpridos ontem, e policiais civis estiveram no gabinete de Clemente. Eles levaram um computador desktop da Apple, documentos e quadros com imagens do Brasília Iluminada, projeto que recebeu especial atenção de Clemente.

Os indícios de que houve

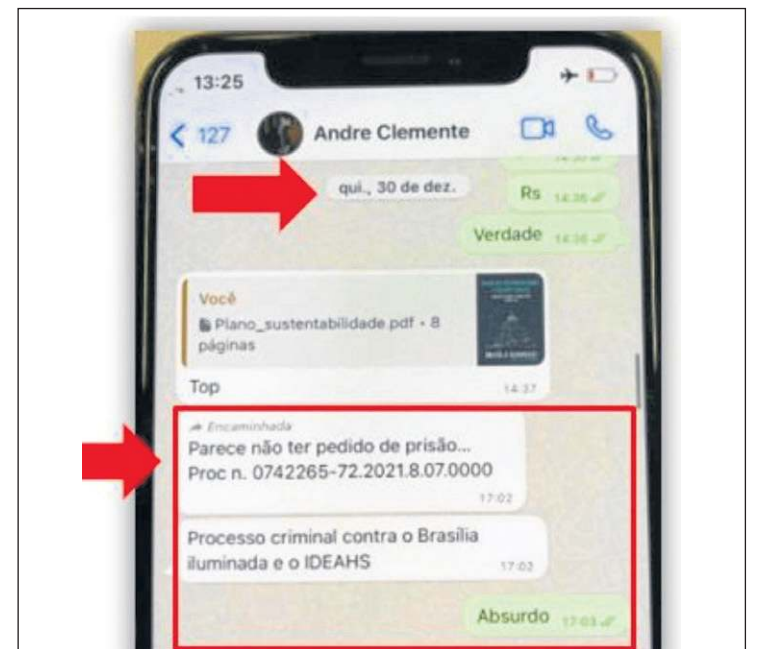
vazamento surgiram a partir da análise do conteúdo dos telefones dos investigados, apreendidos nas casas, escritórios e gabinetes, em 25 de janeiro, no cumprimento das medidas da primeira fase. Os promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) encontraram mensagens relacionadas à investigação sobre o Brasília Iluminada que estava sob sigilo.

Apenas os responsáveis pelas investigações no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) tinham acesso aos autos, por se tratarem de medidas que demandam o sigilo absoluto: pedidos de buscas e apreensões e de bloqueio de bens.

Mesmo assim, segundo indicam mensagens trocadas entre o hoje conselheiro André Clemente, o presidente do Instituto Idheias, Geraldo Marcelo Soares Sanches, e a chefe de gabinete de Clemente, Edileide Oliveira Santos, informações estratégicas vazaram.

Numa das conversas, obtidas pelos promotores de Justiça no telefone de Geraldo Sanches, André Clemente envia o número do processo sob sigilo — cuja tramitação

Operação Tenebris



Mensagens trocadas entre o conselheiro André Clemente, do TCDF, e o presidente do Instituto Idheias, Geraldo Sanches

sequer aparece no andamento processual. Clemente também diz que Sanches deveria contratar um advogado criminal para se defender, embora, segundo ele, não houvesse qualquer irregularidade no contrato do Brasília Iluminada.

O pedido das medidas cautelares foi ajuizado pelo MPDFT em 24 de dezembro, durante o recesso do Judiciário. Chegou às mãos do presidente do TJDFT, Romeu Gonzaga Neiva, e de outros desembargadores que alegaram competência da primeira instância, até ser despachado pela juíza Ana Claudia Loyola, da 1ª Vara Criminal de Brasília.

Vazamento

A tramitação, da entrada no TJDFT e o cumprimento dos mandados, levou um mês até que os desembargadores declinassem a competência para a primeira instância e a juíza assumisse o caso. Mas menos de uma semana depois de o caso chegar ao TJDFT, Clemente tratou do assunto com Sanches. Chegou a dizer que não havia pedido de prisão, o que, de fato, não houve.

Em outro momento, Edileide, assessora de Clemente, envia mensagem para o

presidente do Instituto Idheias, pedindo para marcar uma conversa. Ela demonstra apreensão com o vazamento do conteúdo da conversa e diz: “Só fiquei imaginando seu celular ou o meu apreendido e as nossas conversas sendo expostas”.

Em outro trecho, Sanches envia para a assessora de Clemente um levantamento sobre emendas parlamentares do deputado distrital Leandro Grass (Rede) para fomento cultural e diz que ele também deveria ser alvo de busca e apreensão. Era uma referência ao fato de o Brasília Iluminada estar sob investigação e ser alvo das medidas cautelares e uma demonstração de contrariedade com o distrital da oposição.

Foi Leandro Grass quem levou ao Ministério Público do DF a suspeita de irregularidades na liberação de emendas parlamentares, que somaram R\$ 14 milhões, para a ornamentação da Esplanada dos Ministérios no Natal de 2021. Foi o que levou ao início das investigações do Gaeco.

André Clemente afirma que a Operação Tenebris é uma farsa e existe um conluio contra a sua indicação para o Tribunal de Contas do DF, que ocorreu no fim

do ano passado, em meio a questionamentos sobre a nomeação de um conselheiro para uma vaga de auditor de carreira que não atendeu a esse critério.

Clemente teve a posse autorizada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, porque não há nenhum auditor apto a preencher a vaga aberta com a aposentadoria do conselheiro Paiva Martins. “Os fatos ocorridos hoje só reforçam o que falei anteriormente e, aos poucos, os elementos dessa farsa vão se tornando públicos. Como prevíamos, tudo gira em torno da disputa pela vaga do Tribunal de Contas do DF”, afirmou o conselheiro, por meio de nota.

Disputa política

No texto, Clemente considera que as investigações são motivadas por disputa política. “Tudo começa quando um deputado de oposição e candidato ao GDF denuncia 17 colegas e o Secretário de Economia alegando que esses venderam a indicação do TCDF, acreditem, em troca de emendas para uma festa de Natal. Não traz absolutamente nenhum elemento, apenas suposições infundadas.

No dia seguinte, o promotor e o procurador alinhados entram com pedidos de busca. O Presidente do Tribunal de Justiça do DF e depois sua vice negam porque não existe nenhum indício de nada”, afirma.

“Dias depois, a juíza de primeira instância, sem competência para tanto, autoriza duas buscas em menos de uma semana, contrariando o que disse o próprio TJ. O Brasil já viu essa história recentemente. Quando promotor, procurador e juíza se unem para fazer política, não tem como um cidadão de bem se defender. Resta buscar o amparo das medidas judiciais cabíveis. E depois, a responsabilidade pelos abusos e pelos danos a honra”, complementa.

O parlamentar Leandro Grass (Rede), que enviou ao Ministério Público do Distrito Federal questionamentos sobre o projeto Brasília Iluminada, rebateu, em nota, as declarações de Clemente. “Ao contrário do que o ex-secretário publicou em nota, eu não fiz denúncia contra nenhum parlamentar e nem questioneei as emendas apresentadas. Também não afirmei que a indicação ao TCDF foi ‘vendida’, conforme ele aponta”, diz Grass.

CRIME

Furto de cabos de energia causa prejuízo milionário

» PABLO GIOVANNI*

Seja em postes, semáforos ou rede subterrânea, o número de furtos de cabos de energia elétrica, em 2021, no Distrito Federal quase que dobrou, se comparado a 2020. Segundo levantamento da Neoenergia de Brasília, Antônio Carlos Queiroz, ao **Correio**. “O furto de cabos de energia gera uma série de transtornos para várias regiões do DF. Estamos trabalhando ao lado dos órgãos de segurança para inibir a ação desses criminosos”, complementa o diretor-superintendente da companhia.

Nos trechos onde opera a CEB Iluminação Pública e Serviços (CEB Ipes) — que cuida da iluminação pública de regiões administrativas e de cartões-postais como a Catedral de Brasília e a Ponte JK — o prejuízo foi de R\$

300 mil em 2021. Apenas no início deste ano, foram roubados 4,5 mil metros de fiação da Ponte JK. De acordo com a CEB, em 2021 houve um aumento de

Reprodução



Dupla flagrada furtando cabos na 105 Norte, em março de 2021

330% no número de ocorrências de furtos de cabos nos pontos onde a empresa é responsável. Em nota, a companhia pontua que logo após a Ponte

JK passar para a administração da empresa, em novembro de 2021, foi “motivo de estranheza ver que o local passou a ser foco de furtos”. Anteriormente, quem cuidava do local era a Secretaria de Obras do DF. A CEB ainda reiterou que está investindo em câmeras e modernização para tentar coibir a ação dos criminosos.

Quem trabalha na região campeã de casos, a Asa Norte, diz sofrer com o furto excessivo de cabos. “O problema aqui é frequente. O cabeamento é antigo, e por agora estão trocando — acho que deve ser por isso que há tantos furtos. O povo rouba de noite e durante a madrugada. Para nós, que trabalhamos com comércio, é bem ruim, porque o período sem luz é imenso. Temos eletrodomésticos que precisam estar sempre ligados, além das bebidas que vendemos aqui”, relata Bruno Oliveira, 20, proprietário de um bar na 312 Norte.

Prisões

Em monitoramento da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), foram presas 290 pessoas por furto de cabos em todo o Distrito Federal em 2021. De acordo com a corporação, “boa parte destes criminosos são reincidentes, e alguns deles chegam a ter quatro passagens pelo mesmo crime”.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), no ano passado foram registradas 1.541 ocorrências de furto de cabos de transmissão de dados, telefonia e energia em todo o DF. A pasta ainda reitera que trabalha ao lado da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) em diversas operações com o objetivo de coibir esses crimes, sendo enquadrado em lei, no artigo 155, do Código Penal Brasileiro.

*Estagiário sob a supervisão de Adson Boaventura